

Mais prazo para o georreferenciamento

Sem essa regularização dos imóveis, produtores rurais ficam sem acesso à rede de créditos e a políticas públicas

O secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Valdir Colatto, saiu em defesa da prorrogação do prazo estabelecido para o georreferenciamento dos imóveis rurais com mais de 25 hectares, previsto por lei federal de 2001 e por decreto de 2002.

Colatto pede que o prazo seja estendido até 20 de novembro de 2025, coincidindo com o término do período para certificação no Sigef - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal e no Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Com essa intenção, a Secretaria emitiu uma Nota Técnica e está buscando apoio em Brasília.

Conforme explica o secretário, no georreferenciamento é realizada a identificação individualizada do imóvel rural e, com isso, os agricul-



AIRES MARIGA/EPAGRI

Todos os imóveis rurais com 25 hectares ou mais já deveriam estar georreferenciados

tores podem dar andamento à regularização fundiária das terras, fazendo a retificação de área ou de titularidade nos cartórios.

Prazos

O georreferenciamento foi previsto pelo Governo Fede-

ral de forma escalonada. Os imóveis acima de 100 hectares já estavam com o prazo esgotado, e a partir de 21 de novembro de 2023 todos os imóveis rurais com 25 hectares ou mais deveriam estar georreferenciados.

Colatto informou que até o final de 2023, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária realizou, sem custos para os produtores rurais, o georreferenciamento de 51.308 imóveis com até quatro módulos fiscais, com

a devida certificação no Sigef/Incrá, permitindo que os agricultores façam os ajustes dos registros ou busquem a solução da posse de seus imóveis.

“Defendemos essa prorrogação para que os produtores consigam fazer o georreferenciamento e certificação no Incra, pois, sem essa regularização, ficam impossibilitados de ter acesso à rede de créditos e a políticas públicas”, destacou Colatto.

Números

A estrutura fundiária de Santa Catarina é baseada em pequenas propriedades, somando 373.393 imóveis rurais cadastrados no INCRA (2018). Destes, 355.857 possuem matrículas de até quatro módulos fiscais, representando 95,3% dos imóveis.

Aumenta a pressão contra o fim da desoneração da folha de pagamento

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), entidade mãe do Sistema Facisc, engrossou o rol de organizações representativas do empresariado contra a reoneração da folha de pagamento. O que mais preocupa o setor produtivo é a insegurança jurídica. “Em vigor desde janeiro de 2012, a desoneração da folha de pagamento tem como objetivo diminuir

a carga tributária sobre as empresas dos setores beneficiados e incentivar a geração de empregos”, lembrou o presidente da Facisc, Elson Otto. O mecanismo permite que as empresas optem pela contribuição patronal de 20% sobre a folha de salários ou o pagamento de uma alíquota de 1% a 4,5% sobre o faturamento do negócio.

No manifesto, a CACB reforça que o Brasil ainda tem

8.2 milhões de brasileiros desempregados.

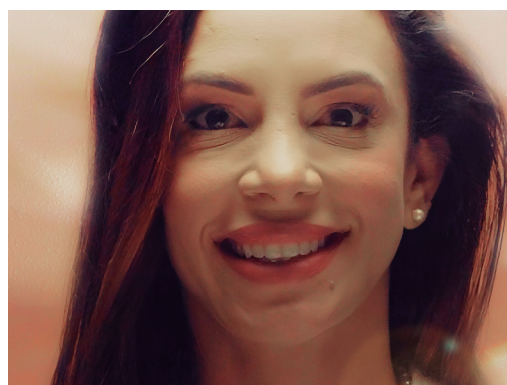
Senado

Após reunião com líderes partidários, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que deve decidir ainda neste mês de janeiro, durante o recesso parlamentar, sobre a tramitação da Medida Provisória que limita a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia.



PEDRO GONTIJO / AGÊNCIA SENADO

Pacheco também pretende conversar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a MP



**O poder do trabalho
que lapida Santa Catarina**